

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ____ 2022.

(Da Bancada do PSOL)

Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Gustavo Torres, informações acerca do número de certificados de registros de armas de fogo suspensos ou cancelados pela Pasta, a título de medida protetiva, nos casos de violência doméstica contra a mulher.

Senhor Presidente,

Requeremos com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Gustavo Torres, informações acerca do número de certificados de registros de armas de fogo suspensos ou cancelados pela Pasta, a título de medida protetiva, nos casos de violência doméstica contra a mulher. Assim sendo, pedimos esclarecimentos sobre as seguintes questões, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

1. Qual o número de certificados de registros de armas de fogo suspensos ou cancelados pela Pasta entre janeiro de 2019 e a presente data? Favor apresentar os dados por (i) mês, (ii) unidade da federação, (iii) tipo de licença e; (iv) razão para a suspensão ou cancelamento.

Justificação

A arma de fogo tem sido o principal instrumento empregado nos assassinatos de mulheres no Brasil, ao longo de vinte anos esteve presente em 51% dessas mortes. É o que revela o relatório “O papel da arma de fogo na violência contra a mulher”¹, produzido pelo Instituto Sou da Paz que analisa dados da violência armada no Brasil e se debruçou sobre dados da vitimização feminina do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Datasus, de 2012 a 2019.

1 Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/arma-de-fogo-e-principal-instrumento-usado-para-tirar-vida-de-mulheres-no-brasil-revela-relatorio-do-instituto-sou-da-paz/>



A análise revela que as mulheres negras foram 70,5% das vítimas de agressão com arma de fogo em 2019, ou seja, uma taxa de mortalidade duas vezes maior do que a de não negras. Dentre o total de mortes por agressão (envolvendo todos os instrumentos), a arma foi o meio empregado em 52% dos casos contra mulheres negras e em 42% das agressões fatais contra não negras.

Em 2021, ao menos 76% das mais de 47 mil vítimas de homicídio no país foram mortas com o uso de arma de fogo. Até novembro de 2021, o governo Bolsonaro registrou 460.351 novas armas (Polícia Federal e Exército), fez crescer o volume de importação de armas de fogo em 33% entre 2020 e 2021, o equivalente a US\$ 52 milhões. Com incentivos normativos e tributários viu a indústria bélica nacional produzir seu primeiro fuzil comercial (T4, da Taurus) e a indústria estatal desenvolver seu próprio modelo (IA2 da IMBEL). Tudo isso relegando os sistemas de controle e fiscalização à decadência do tempo e à degradação normativa².

No que tange a edição de diversos decretos sobre política de armas pela Administração de Bolsonaro, a Procuradora Regional da República, Raquel Branquinho, aponta a possibilidade de Bolsonaro ter agido para beneficiar uma parcela de eleitores e que não há espaço na Constituição *"para ideias e atitudes voluntaristas"* do Presidente, ainda que pautadas por *"bons propósitos"*.

As portarias 46, 60 e 61, revogadas pelo comandante do Colog, general Laerte de Souza Santos, por exigência de Bolsonaro, foram elaboradas em conjunto por militares, policiais federais e técnicos do Ministério da Justiça. *"Determinei a revogação das portarias (...) por não se adequarem às minhas diretrizes definidas em decretos"*, escreveu Bolsonaro no Twitter em 17 de abril. Essas portarias estabeleciam o controle, rastreabilidade e identificação de armas e munições importadas e fabricadas pela indústria nacional, sob a finalidade de atividades esportivas, de colecionador e para abastecer os quartéis. Na avaliação dos procuradores, ao revogá-las, o governo facilita o acesso do crime organizado a armas e munições desviadas.

Vale ressaltar que investigações policiais de quatro estados mostram a atuação de CACs no fornecimento de armas e munição para quadrilhas especializadas em roubos de grandes quantias — como ataques a agências bancárias e transportadoras de valores e assaltos com domínio de cidades de pequeno e médio portes, modalidade conhecida como “Novo Cangaço”. Para o Fórum Brasileiro de

² Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/e-preciso-falar-serio-sobre-armas-de-fogo-e-homicidios/>



Segurança Pública (FBSP), a série de decretos do governo sobre armas beneficiou o crime organizado³.

Existe um consenso científico de que aumentar a quantidade de armas em circulação aumentará a violência em nosso país. Estudo do IPEA⁴ identificou uma forte relação de que 1% no aumento de armas em circulação pode gerar um aumento de até 2% na quantidade de homicídios. Pesquisas sobre tentativas de reação a crimes também identificam que a reação armada raramente é eficiente e na maioria dos casos agrava o evento⁵, transformando roubos em latrocínios e tiroteios. Esta realidade se verifica inclusive nas tentativas de reação de policiais quando estão de folga⁶, a despeito de seu nível de treinamento muito acima do que estaria acessível a cidadãos comuns.

Já há uma série de pesquisas e investigações que consolidam o conhecimento de que a maioria das armas apreendidas usadas em crimes no Brasil são de fabricação nacional, reforçando a fragilidade dos controles atualmente existentes e a importância de se investir em um uso mais intensivo de inteligência policial baseada em análise dos dados disponíveis e na melhor fiscalização da produção e comercialização de armas de fogo no Brasil.

O Governo Federal, que se vangloria da queda de 7% da taxa de homicídios em 2021, correlacionando o feito à maior leniência no controle e à promoção do acesso às armas, deveria ter mais rigor na análise que faz antes de desfilar números e fatos posicionando-os como causa e efeito. Deveria também estudar a história recente do país para vislumbrar o que está por vir. Mas talvez esse seja o objetivo, criar desordem para vender segurança – e sabemos o nome que se dá a esse tipo de plano⁷. E não é liberdade, mas sim barbárie.

A opinião pública é clara: de cada 10 brasileiros, 7 rejeitam a tese segundo a qual maior acesso da população a armas favorece a segurança pública, propagada com obstinação por Jair Bolsonaro. O Datafolha indica ainda que não há respaldo da sociedade brasileira à noção, importada

3 Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/noticia/2022/09/investigacoes-revelam-conexoes-entre-atiradores-desportivos-e-quadrilhas-do-novo-cangaco.ghtml?utm_source=aplicativoOGlobo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar

4 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17514

5 Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/tambem_morre_quem_atira.pdf

6 Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos/documento/linha-de-frente-vitimizacao-e-letalidade-policial-na-cidade-de-sao-paulo>

7 Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/e-preciso-falar-serio-sobre-armas-de-fogo-e-homicidios/>





OS DEPUTADOS
Partido Socialismo e Liberdade
Técnica

dos EUA, de que o acesso a armas estaria associado à liberdade. "*O povo armado jamais será escravizado*", diz Bolsonaro, e 69% discordam. Existem no Brasil 2,08 milhões de armas legais particulares, praticamente 1 para cada 100 habitantes, segundo dados de dezembro de 2020 compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁸.

Desde que assumiu a Presidência da República, o Presidente Jair Bolsonaro editou inúmeros decretos que tratam do porte e da posse de armas, além de produtos controlados pelo Exército. Em resposta aos atos normativos de Bolsonaro, parlamentares apresentaram dezenas de projetos de decretos legislativos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, além de ações no âmbito do Poder Judiciário.

É neste contexto que apresentamos o presente requerimento de informações. Assim solicitamos o apoio dos Nobres Deputados e Deputadas para que possamos compreender os reais efeitos dessa expansão, até o momento desconhecida, sobre equipamentos que devem ter os mais altos padrões de controle em suas respectivas comercializações.

Sala das Sessões, em de setembro de 2022.

Sâmia Bomfim
Líder do PSOL

8 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/06/armas-impopulares.shtml>



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Sâmia Bomfim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223672684300>

